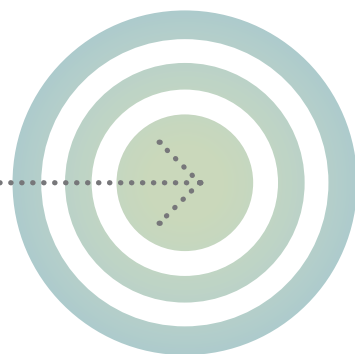


Objetivo

Avaliar a relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto sustentabilidade e valor acrescentado europeu do Regime Jurídico da Educação Inclusiva.



Metodologia

Recurso à Avaliação Baseada na Teoria, operacionalizada através da Teoria da Mudança.

Mobilização de diversas técnicas qualitativas e quantitativas de recolha e análise de informação:



Principais Conclusões

Consolidação do direito à educação para todos.

Transformação cultural, mas aplicação prática ainda desigual:

- Inclusão como princípio estruturante;
- Foco nas potencialidades e necessidades de cada aluno;
- Eliminação de rótulos.

Adoção de práticas mais colaborativas, flexíveis e centradas no aluno.

EMAEI e CAA reforçam a decisão colegial e a coordenação pedagógica.

Aumento dos Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP):

- Taxa de prevalência dos RTP (excluindo o pré-escolar) de 7,5% (2020/21) para 8,7% (2023/24).

Variações significativas na taxa de prevalência dos RTP por nível de ensino e região:

- Maior no 2.º e 3.º ciclos (10,9%; 10,6%), menor no secundário (5,9%);
- Mais elevada no Alentejo (12,5%), mais baixa no Norte (7,3%).

Mobilização maioritária de medidas seletivas (97%), com presença relevante de medidas adicionais (≈21%).

Distribuição territorial desigual do recurso aos apoios educativos e maior concentração nos ciclos iniciais.

Recursos financeiros, materiais e humanos percecionados como insuficientes — falta de docentes de educação especial, técnicos especializados e assistentes operacionais com formação específica, e orçamentos insuficientes são preocupações transversais.

Ganhos percebidos em:

- Qualidade das aprendizagens;
- Socialização e comunicação;
- Redução de rótulos;
- Coesão social.

Impacto diferenciado por ciclo: resultados mais consistentes nos ciclos iniciais e mais desiguais no secundário pela rigidez curricular e pressão dos exames.

Ausência de evidências robustas de melhoria significativa **nas taxas de sucesso e retenção.**

Fragilidades nas transições pós-escolares

— articulação reativa e pouco integrada entre secundário, profissional, superior e emprego.

Fatores inibidores:

- Escassez e instabilidade de recursos humanos especializados;
- Elevada carga de trabalho docente e sobrecarga das EMAEI e dos CAA;
- Burocracia e complexidade administrativa;
- Parcerias externas informais, irregulares e dependentes da liderança de cada escola ou município, criando assimetrias territoriais;
- Fraca articulação intersectorial entre serviços educativos, sociais e de saúde (respostas pouco integradas e gestão reativa);
- Dificuldades na interiorização da mudança para potenciar a educação inclusiva da parte dos profissionais de educação;
- Persistência de lógicas avaliativas tradicionais;
- Formação insuficiente e pouco prática;
- Monitorização limitada e ausência de dados sistemáticos;
- Envolvimento familiar reduzido.

Fatores impulsionadores:

- Reorientação pedagógica do diploma;
- Estruturação e papel da EMAEI e do CAA;
- Lideranças escolares flexíveis e proativas;
- Recursos humanos estáveis, suficientes e capacitados;
- Trabalho em rede — mobilização de recursos locais e articulação com parceiros externos.



Principais Recomendações

Clarificar e consolidar o Quadro Normativo

Densificar os conceitos-chave e produzir orientações que apoiem o processo de sinalização.

Reforçar os recursos e capacitação prática

Reforçar o crédito horário da EMAEI, atualizar rácios, focar a formação em práticas concretas e criar uma rede de promotores da Educação Inclusiva.

Melhorar a articulação e simplificar processos

Fomentar redes de colaboração territorial, desenvolver mecanismos de coordenação intersetorial permanentes e simplificar procedimentos administrativos.

Reforçar a monitorização e avaliação

Implementar um sistema de gestão e monitorização integrada dos dados da Educação Inclusiva e criar indicadores para avaliar o progresso, bem-estar e participação de cada aluno.

